

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
↑ 0,65% São Paulo	141.708 142.603 10/10 13/10 14/10 15/10	R\$ 5,462 (- 0,14 %)	9/outubro 5,375 10/outubro 5,503 13/outubro 5,462 14/outubro 5,470	R\$ 1.518	R\$ 6,362	14,90%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

DEPOIS DO APAGÃO

Eletrobras pode ser responsabilizada

Relatório do ONS deve ser concluído em até 30 dias. Na Câmara, ministro defende maior utilização de energia nuclear

» RAFAELA GONÇALVES

Penalidades poderão ser aplicadas caso seja constatada falha por negligência de agentes do setor elétrico no apagão que atingiu todas as regiões do país na madrugada de terça-feira. A afirmação foi feita pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) investiga se o incêndio em um reator da Eletrobras na subestação de Bateias, no Paraná, decorreu de falha operacional.

Se for comprovada, a empresa poderá ser responsabilizada. “Foi numa subestação da Eletrobras que houve o erro. Mas quem faz essa apuração é o ONS, que naturalmente conduzirá de forma técnica e adequada”, disse Silveira a jornalistas, após audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

O ministro atendeu à convocação do colegiado para discutir a política energética brasileira, as relações bilaterais no setor e a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN). Ele destacou que o episódio não deve ser classificado como apagão, mas como uma interrupção pontual no fornecimento de energia, com rápida atuação do ONS.

Silveira afirmou que não há motivo para “causar pânico no povo brasileiro”. “Houve uma interrupção pontual, o sistema funcionou rapidamente, fez um corte automatizado e controlado de 8% a 12% em cada estado”, argumentou.

O apagão que atingiu várias regiões do país foi provocado por um incêndio em um reator na subestação de Bateias, às 0h32, desligou a linha de transmissão de 500 kV e desconectou a interligação entre as regiões Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

O ONS deve concluir em até 30 dias o Relatório de Análise de Perturbação (RAP), que vai apurar as causas, os impactos e as responsabilidades pelo incidente. Caso seja comprovado que o incêndio na subestação da Eletrobras ocorreu por falha de manutenção ou negligência, a empresa poderá ser responsabilizada. O documento também indicará medidas corretivas para evitar a repetição do problema.

Reprodução/Corpo de Bombeiros PR



Corpo de Bombeiros tenta controlar incêndio em subestação da Eletrobras no Paraná: investigação apontará se houve negligência no caso

Grupo J&F

Na berlinda por causa do apagão que afetou todo o país, a Eletrobras anunciou ontem a venda de toda a sua participação na Eletronuclear para a Âmbar Energia, do Grupo J&F, controlado pelos irmãos Joesley e Wesley Batista. Segundo o fato relevante divulgado no mercado, a Âmbar pagará R\$ 535 milhões à estatal e assumirá dívidas da empresa, incluindo R\$ 2,4 bilhões em debêntures e garantias de R\$ 6 bilhões.

A operação ocorre após a Eletronuclear enfrentar riscos financeiros significativos, com dívidas de curto prazo junto a bancos como ABC e BTG Pactual, que colocavam a companhia sob risco de insolvência e tornavam necessário um aporte de capital imediato.

A empresa de economia mista que opera a geração de energia nuclear no Brasil administra o Complexo de Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro, onde estão as usinas Angra 1 e Angra 2. O governo detém 64,7% do capital votante e 32% do capital total da empresa. Silveira afirmou ter tomado conhecimento da operação entre a Eletrobras e a Âmbar durante a audiência na Câmara e ressaltou que a venda

Matriz energética brasileira

Distribuição aproximada por fontes renováveis e não renováveis

FONTES RENOVÁVEIS

- Hidrelétrica: Principal fonte de eletricidade, representando mais de 60% da geração.
- Eólica: 14,8%.
- Biomassa: 8,4%.
- Solar: Representa 22,2% da capacidade instalada da matriz elétrica.

FONTES NÃO RENOVÁVEIS

- Gás Natural: 9%.
- Petróleo: 4%.
- Carvão Mineral: 1,75%.
- Energia Nuclear: Cerca de 2% a 3% da geração de eletricidade.

*Os dados variam dependendo da fonte consultada e do ano de referência

Fontes: Aneel e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).



não influencia a decisão sobre a retomada das obras de Angra 3, que está parada há quatro décadas.

“Todos sabem da minha posição muito clara sobre o setor nuclear desde que tomei posse como ministro. É um setor estratégico para a geração de energia, para a medicina nuclear, que precisa de reestruturação, e estamos avançando”, ressaltou.

O ministro chegou a defender que a energia nuclear deveria ter seu papel revisto na Constituição, com foco na defesa nacional. “A Constituição vedou e a gente respeitou, mas só será respeitado no mundo aquele que tiver soberania nuclear”, disse. “Então, vai chegar um momento em que a nossa Constituição, eu acredito, vai ter que ser revista, porque nós temos a cadeia nuclear completa e vamos ter que considerar, inclusive, a nuclear para possibilidade de defesa”, completou.

No Brasil, a energia nuclear responde por cerca de 2% a 3% da geração total de eletricidade. O país é considerado de grande potencial nesse setor, pois possui a oitava maior reserva de urânio do mundo e está entre os poucos países com tecnologia própria para o enriquecimento de urânio, combustível essencial para as usinas.



Todos sabem da minha posição muito clara sobre o setor nuclear. É um setor estratégico para a geração de energia, para a medicina nuclear, que precisa de reestruturação, e estamos avançando"

Alexandre Silveira,
ministro de Minas e Energia

Minerais críticos

Outro ponto de interesse do país são os minerais críticos — essenciais para setores estratégicos como tecnologia, defesa e transição energética — que enfrentam riscos de fornecimento devido à concentração geográfica, restrições geopolíticas e dificuldades de extração. Silveira afirmou ter sido convidado para se reunir com o secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright, para tratar sobre o tema.

O ministro de Minas e Energia defendeu que uma eventual parceria com os Estados Unidos deve priorizar a soberania nacional e o aproveitamento estratégico das reservas brasileiras. “O Brasil tem papel fundamental nesse tabuleiro global e não abrirá mão de agregar valor à sua produção.”

O governo deve realizar nas próximas semanas a cerimônia de instalação do Conselho Nacional de Minerais Estratégicos (CNPME), que terá a missão de coordenar políticas públicas voltadas ao aproveitamento sustentável e estratégico de minerais considerados de alto valor tecnológico.

GOVERNO

Correios buscam R\$ 20 bilhões para evitar colapso financeiro

» RAFAELA BOMFIM*

Com um rombo de R\$ 4,37 bilhões no primeiro semestre de 2025 e dificuldades crescentes para manter a operação em funcionamento, os Correios anunciaram ontem um plano emergencial de reestruturação financeira. A principal estratégia é negociar um empréstimo de R\$ 20 bilhões junto a bancos públicos e privados, com aval do Tesouro Nacional.

Segundo o presidente da estatal, Emmanoel Rondon, o crédito será utilizado para cobrir passivos com fornecedores, financiar um novo

programa de demissão voluntária, vender ativos considerados improdutivos e garantir o funcionamento da empresa até 2026. “Essa operação é uma ponte para garantir tempo. Não é a solução final, mas um fôlego necessário para viabilizar as transformações que vão levar os Correios ao equilíbrio em 2027”, disse, em entrevista a jornalistas.

A proposta foi apresentada ao conselho de administração ontem e deve ser analisada até o dia 24. Com a garantia da União, os bancos ficam expostos a menos riscos, de modo a permitir condições mais favoráveis de financiamento.

“Estamos discutindo com os credores as condições e os termos da operação. O compromisso é com um plano consistente de recuperação, com metas claras de corte de custos e ganho de eficiência”, explicou Rondon.

Demissão voluntária

Entre as medidas previstas, está um novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que será direcionado a setores com baixa produtividade, sem comprometer a operação. O último PDV, que resultou no desligamento de 3.500

funcionários, gerou economia de R\$ 750 milhões por ano. A nova edição ainda está sendo calibrada, mas será implementada com o mesmo objetivo: enxugar a folha e ajustar a estrutura à realidade financeira da empresa.

O plano inclui ainda a venda de imóveis considerados ociosos, renegociação de contratos com fornecedores e expansão do portfólio de produtos e serviços, na tentativa de gerar novas fontes de receita. Parte do empréstimo também será usada para quitar um crédito anterior de R\$ 1,8 bilhão, contratado no primeiro semestre, cujas

parcelas começam a vencer em janeiro de 2026.

A situação atual é crítica. De acordo com Rondon, o caixa da estatal está negativo há meses, e isso tem provocado atrasos em pagamentos e comprometido diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. “A instabilidade financeira afeta tudo: logística, prazos, capacidade de atendimento. Precisamos retomar a normalidade para oferecer o que a sociedade espera de uma empresa pública”, afirmou.

Na avaliação do presidente dos Correios, a estatal brasileira

demorou a reagir às mudanças do mercado, especialmente no período pós-pandemia, e perdeu espaço para a concorrência privada. “O ambiente de negócios mudou drasticamente. Houve uma aceleração no comércio eletrônico, exigência por entregas mais rápidas e tecnologias que os Correios não incorporaram com a mesma velocidade. Perdemos mercado, receita e, com isso, capacidade de investimento”, analisou.

* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza